

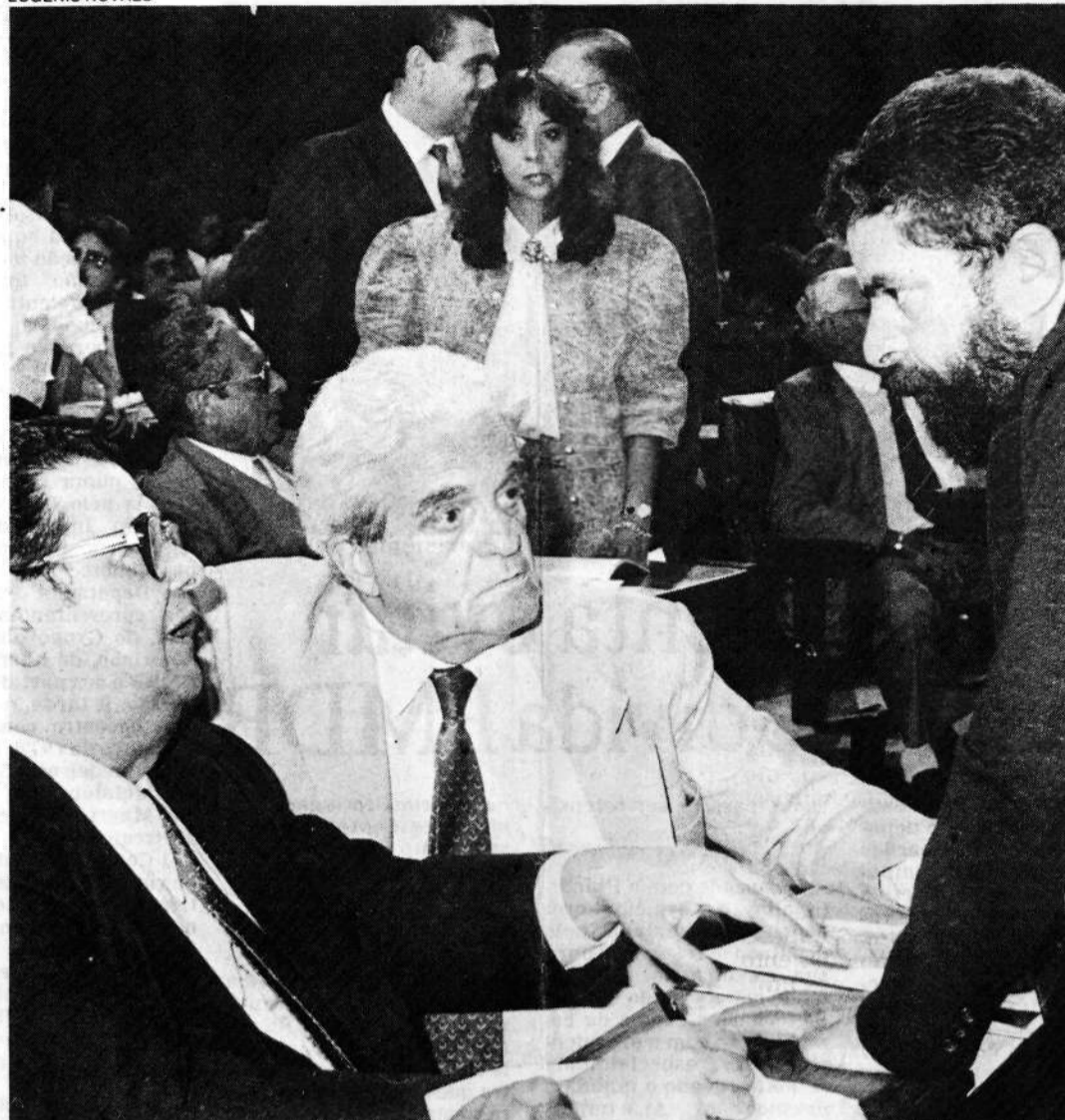
Votação tem poucos avanços

Apenas o Capítulo I do texto do *Centrão* passou com ressalvas

O plenário da Assembleia Nacional Constituinte não avançou muito na sessão de ontem, que marcou o início da votação do Título II do projeto de Constituição. Aprovou o Capítulo I do substitutivo do *Centrão* ao título que começou a ser apreciado, ressalvados os destaques, e o caput do artigo 6º, que tem 60 parágrafos. O dispositivo aprovado ficou composto pelo caput do artigo 6º do projeto de Constituição mais o texto do § 1º do substitutivo do *Centrão*. A votação parou no § 2º deste substitutivo que corresponde ao § 1º do projeto, que será a primeira matéria a ser decidida na sessão que começa às 14h de hoje.

O substitutivo do *Centrão* passa a ser o texto sobre o qual irão incidir as emendas destacadas pelos constituintes. Se o regimento interno não houvesse sofrido alterações, todo o trabalho de votação seria feito agora sobre o texto do projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização. As novas normas regimentais asseguraram a emendas com mais de 280 assinaturas, substitutivas a títulos inteiros, a preferência automática sobre todas as outras emendas, e até sobre o projeto. Só se o substitutivo do *Centrão* não fosse aprovado as emendas incidiriam sobre o projeto de Constituição.

EUGENIO NOVAES



A espera do conserto do painel, Delfim Netto, Amaral e Lula debatem o texto

Painel toma tempo que entendimentos pouparam

Todo o tempo economizado no acórdão, que custou às lideranças dos partidos o fim-de-semana inteiro em longas e cansativas reuniões, foi desperdiçado ontem pelo painel eletrônico. Logo na primeira votação da tarde — tranquila, graças ao acordo — o painel mostrou que o tumulto desta vez não seria provocado por divergências ideológicas.

O texto do *Centrão* para o Capítulo I do Título II, o primeiro a entrar em votação, foi aprovado por ampla maioria de votos: 377 a 56. A votação, no entanto, teve que ser repetida e consumiu mais de 40 minutos. Na primeira tentativa, nenhum

dos constituintes sentados nas cadeiras do fundo do plenário conseguiu registrar seu voto e uma longa fila se formou em frente aos postos avulsos de votação. A votação não chegou a ser concluída porque o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) observou que o painel já indicava o número de votos SIM e de N-AO e Ulysses preferiu repetir o processo.

Segundo um dos técnicos responsáveis pelo painel, todo o problema está sendo provocado pela mania dos constituintes de ficarem "brincando" com as telas das bancadas antes do início da votação oficial. A falha repetiu-se por diver-

sas vezes durante as votações ontem e a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) aproveitou a oportunidade para levantar sua bandeira em defesa da tecnologia nacional. "Este computador é nacional ou estrangeiro?", perguntou Cristina ao presidente Ulysses Guimarães no final de uma das votações anuladas. Quando Ulysses respondeu à provocação, dizendo que o computador era estrangeiro, Cristina disparou: "Querida esclarecer porque há várias pessoas antibrasileiras que querem responsabilizar a indústria nacional por este painel. Mas ele é alemão". Foi uma das declarações mais aplaudidas da tarde.

A ESTRELA DO DIA

Aliado eletrônico falhou

CATARINA GUERRA
Da Editora de Política

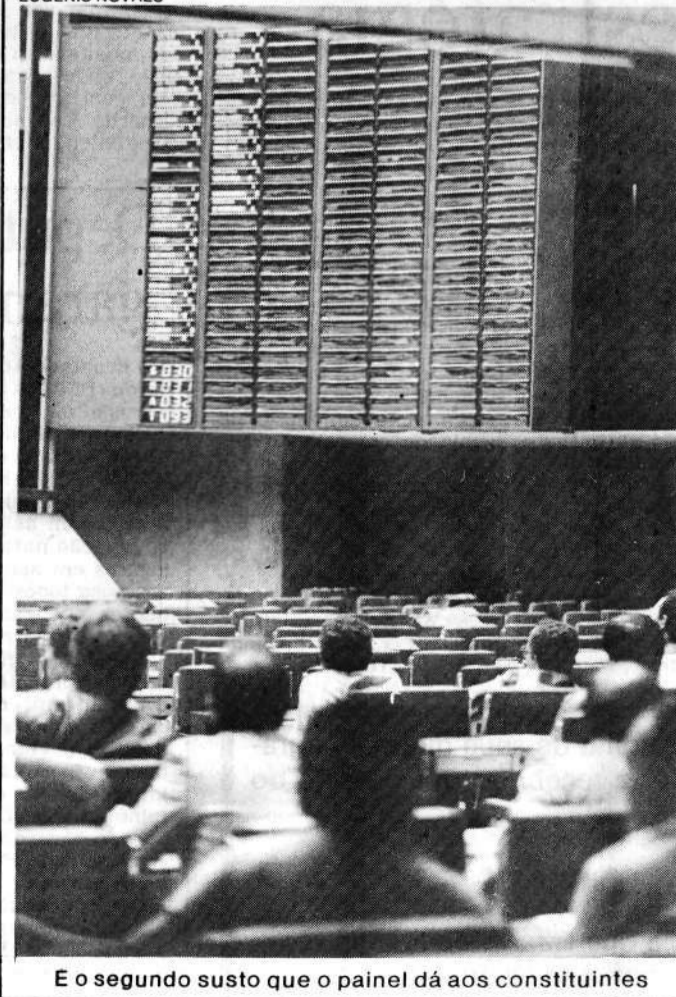
Ele é um dos principais aliados do presidente Ulysses Guimarães na tarefa de acelerar os trabalhos constituintes. Silencioso e quase infalível, mesmo assim tem sido alvo de duras críticas de alguns parlamentares, que o acusam de manipular seus votos. Como todo auxiliar discreto e competente, só é percebido quando falta. Ontem mais uma vez ele falhou.

O maior problema é que depois de qualquer ajuste o sistema deve ser novamente testado, o que consome mais alguns minutos. Mas se a pane ocorre na primeira metade da sessão, é preferível isso a fazer todas as outras votações nominalmente. Na sua primeira pane, no segundo dia de votação, o painel escolheu um momento bem conveniente: era a última votação do dia, e cada constituinte pôde se retirar logo após a chamada de seu nome.

Os técnicos responsáveis pelo sistema, se mostram frustrados com a atuação de sua criação: "Se você não fecha o trabalho com chave de ouro, fica sempre a última impressão". A equipe que faz a manutenção do painel, em plantão permanente desde o início dos trabalhos constituintes, já ficou uma noite e uma madrugada testando cada posto de votação, a fim de deixar tudo impecável para a votação seguinte.

Um dos objetivos daquele teste era verificar a procedência da denúncia feita pelo deputado Eduardo Bonfim (PC do B/AL). Bonfim afirmou que, ao tentar registrar o seu voto, o painel da bancada assinalara "código duplicado", como se o voto estivesse sendo registrado por outra pessoa. Ao final, no entanto, o painel não marcou o voto de Bonfim e ele acabou ficando de fora da histórica primeira votação do plenário, quando o texto de preâmbulo proposto pelo *Centrão* deixou de ser aprovado por falta de quorum.

EUGENIO NOVAES



E o segundo susto que o painel dá aos constituintes

O QUE SE VOTA HOJE

Só voto resolve como ficarão 5 novos direitos

MARIA LIMA
Da Editora de Política

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas — principal articulador da ala esquerdista em plenário — anunciou ontem à tarde que apesar do acordo parcial fechado com o *Centrão* para aprovação de mais de 50 parágrafos do Capítulo I (direitos individuais e coletivos) cinco pontos serão disputados no voto. Ele anunciou que parte do PMDB e os pequenos partidos de esquerda não abrem mão do mandato de segurança coletivo, habeas data, direito de propriedade (desapropriação) nivelamento dos crimes de tortura e terrorismo como inafiançáveis, imprescritíveis e n-ao passíveis de anistia; e do direito das entidades associativas recorrerem em juízo representando seus filiados, tal como prevê o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Nas várias reuniões realizadas ontem entre representantes do *Centrão* e os esquerdistas, no que diz respeito aos pontos considerados polêmicos só houve avanço quanto à aprovação do caput do artigo 6º. No domingo, em reunião conduzida pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o *Centrão* e as demais lideranças entraram em acordo sobre 22 parágrafos, sendo que dos 62 existentes no artigo 6º, 22 foram copiados do projeto da Sistematização no substitutivo do *Centrão*, não sendo motivo de disputa.

Nas reuniões de ontem houve entendimento entre as duas partes para a aprovação do caput do artigo 6º, mediante a fusão do texto do substitutivo do *Centrão* e do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. As divergências estavam na colocação do direito à vida no mesmo nível do direito à propriedade. O texto da Sistematização previa: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". O *Centrão* acrescentou a este texto a expressão: "A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes".

Os esquerdistas aceitaram esta redação por considerar, que nesta ordem de valores existe uma hierarquia, colocando o direito à vida e à liberdade em primeiro lugar. Mesmo com a concordância do líder Mário Covas e do PDT, ficaram contra a emenda substitutiva o PT, PC do B, PSB e o MUP.

Veja a seguir os pontos que continuam sendo motivo de negociação e o que significa na prática o texto aprovado pela Sistematização e o substitutivo do *Centrão*:

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO — E considera o um instituto jurídico que proporciona uma defesa rápida a qualquer pessoa que tenha sido lesada por uma autoridade governamental ou entidade privada. Se por um acaso o governo resolve instituir a cobrança de imposto adicional (compulsório) na compra de veículos ou para a concessão de vistos de saída do País, qualquer cidadão pode recorrer às instâncias do Judiciário para contestar a determinação. De acordo com a sentença jurídica, pode ganhar o direito de não pagar o imposto adicional.

Como esta medida atinge individualmente uma grande massa de cidadãos, seria o caso de uma associação — sociedade de consumidores ou a Ordem dos Advogados do Brasil entre outras — propor o mandato de segurança coletivo para defender o direito de todos os que estiverem nesta situação, de uma só vez, para evitar as ações individuais. Isto é o que propõe o texto aprovado pela Comissão de Sistematização e ala esquerdista quer preservar.

O *Centrão* continua discordando deste instituto e defende o mandato de segurança individual. De acordo com o deputado José Lins (PFL/CE) "é um instrumento de defesa do indivíduo e não pode ser estendido a qualquer associação". Já os esquerdistas querem a aprovação do mandato coletivo por entenderem que muitas pessoas às vezes são obrigadas a sofrer as lesões por não terem coragem de impetrar sozinhas as ações e



Covas, na tribuna

até mesmo por não saberem encaminhá-las.

TERRORISMO — O texto da Comissão de Sistematização diz que a lei considerará a prática de tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia e o *Centrão* em seu substitutivo quer incluir o "terrorismo", no mesmo nível de tratamento, igualando os dois crimes como fenômenos semelhantes. A esquerda considera que o crime de tortura não pode prescrever, como quer o *Centrão*, pois é cometido pelo Estado contra o cidadão, por uma pessoa que representa o Estado contra uma vítima indefesa. O exemplo mais lembrado é o dos crimes de tortura praticados durante a ditadura militar. Pelo texto da Sistematização, se ficar provado, por exemplo, que o coronel Brilhante Ustra praticou crimes de tortura neste período, estes crimes não estariam prescritos.

Além de defender a prescribibilidade dos crimes de tortura, o *Centrão* quer estabelecer que o terrorismo será inafiançável. Os líderes do grupo até aceitam que o terrorismo seja passível de anistia e seja prescricional. Eles propõem que o parágrafo que trata do assunto seja desdobrado, colocando no primeiro inciso a tortura e o terrorismo como crimes inafiançáveis e no inciso segundo os crimes hediondos e o narcotráfico como prescristíveis.

Os esquerdistas não aceitam colocar o terrorismo e a tortura no mesmo peso de igualdade porque alegam ser difícil caracterizar o terrorismo como crime. O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP) diz, por exemplo, que no Brasil nunca houve terrorismo — "Quem foi para a guerrilha do Araguaia não é terrorista, é guerrilheiro" — e que o *Centrão* se inspirou nos exemplos da Itália e Irlanda. Se aprovado o texto do *Centrão*, uma manifestação de rua como a que houve no Rio de Janeiro contra o presidente José Sarney pode ser considerada um ato terrorista, o que pode ocorrer também como movimentos grevistas, diz o deputado petista.

HABEAS DATA — O habeas data, inovação do texto aprovado pela Comissão de Sistematização, prevê que qualquer pessoa tem o direito de saber o que consta sobre sua pessoa nos arquivos da polícia, empresas de créditos, bancos de dados de entidades públicas, particulares ou de caráter oficial. Prevê ainda a retificação dos dados através de processo sigiloso, judicial ou administrativo. Se, por exemplo, um cidadão é acusado de pertencer a uma entidade clandestina, quando na realidade não pertence, teria o direito de recorrer ao Serviço Nacional de Informação para verificar a sua ficha pessoal, e se for o caso, retificá-la. E se por outro lado recebe uma intimação de entidades de crédito, lojas ou bancos cobrando uma dívida que não lhe pertence (pode ser o caso dos homônimos) teria o direito de acesso às fichas cadastrais destes órgãos para reparar o erro.

DESAPROPRIAÇÃO — Pelo texto da Comissão de Sistematização pode o governo recorrer às desapropriações em três situações. No caso de "necessidade pública" (no caso de inundações pode desapropriar barcos ou outras embarcações), "utilidade pública" (é necessário abrir uma rua e algumas casas devem ser desapropriadas para demolição) e nos casos de "interesse social" (uma família tem de ser removida da cidade e o governo precisa desapropriar um terreno ou gleba para assentá-la). Nos dois primeiros casos, a indenização é prévia, justa e em dinheiro. Quando se trata de "interesse social" e envolve um montante maior de recursos, o pagamento é feito em longos prazos e em títulos da dívida pública.

O *Centrão* quer incluir a expressão "em dinheiro" após o texto da Sistematização que prevê "justa e prévia indenização nos casos de desapropriação por utilidade pública ou interesse social". Para os esquerdistas, aceitar agora a inclusão no texto principal do pagamento em dinheiro é correr o risco de inviabilizar, futuramente, a votação do capítulo da reforma agrária. Neste ponto existe um indício de acordo. O *Centrão* concordou ontem em aprovar um requerimento do senador Mário Covas (PMDB/SP) para votação em separado do direito de propriedade, mais adiante quanto estiver em votação a reforma agrária.

ENTIDADES ASSOCIATIVAS — Existe no texto da Comissão de Sistematização um dispositivo que dá a certas entidades o direito de representar seus filiados em juízo ou fora dele desde que estejam autorizadas para tanto. Significa na prática que uma associação profissional de determinada categoria pode propor uma ação em juízo em nome de um de seus associados sem que ele apareça, ou esteja diretamente envolvido na ação. Se, por exemplo, um vendedor de autopeças compra um automóvel defeituoso, seria difícil entrar com uma ação contra o fabricante sem prejudicar o comerciante poderia recorrer a uma associação de classe para defender os seus direitos sem aparecer na ação. O *Centrão* quer suprimir tal dispositivo e insiste na ação individual.

O QUE JÁ É DEFINITIVO

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 6º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

1 O que veio da Sistematização

A Comissão de Sistematização aprovou o seguinte caput para o artigo 6º, com o parágrafo 1º:

"Artigo 6º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza."

Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei".

A emenda apresentada

2 O que estava no texto do Centrão

pelo *Centrão*, com 280 assinaturas que oarantiam prioridade, era a seguinte:

"Artigo 6º — A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Parágrafo 1º — Todos são iguais perante a lei".

Adiados 59 parágrafos

Não fosse pelo atraso provocado pela pane no painel eletrônico, poderia ter avançado ontem a votação do capítulo I do Título II, que só no Artigo 6º possui 62 parágrafos. Pelo tamanho do artigo, a previsão é de que os constituintes gastarão toda a semana para esgotá-lo, ficando o Artigo 7º, que trata dos Direitos Sociais e dos Trabalhadores, para a próxima semana. Hoje os trabalhos serão retomados a partir do pacífico parágrafo 3º do Artigo 6º, que diz: "A Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao Direito".

Se as votações forem agilizadas com os entendimentos prévios entre *Centrão* e os progressistas, é possível que o plenário comece a discutir e votar ainda hoje o primeiro ponto polêmico.

Nem o *Centrão* abre mão da sua proposta, que coloca no mesmo nível os crimes de tortura e o terrorismo como inafiançáveis, imprescritíveis e n-ao passíveis de anistia; nem os progressistas aceitam a modificação do texto da Sistematização, que só prevê este tratamento para a tortura. A decisão será no voto.

Foram os cinco pontos negociáveis até agora neste artigo. O deputado Ricardo Fluzza, do *Centrão*, garante que o grupo está procurando ajustar o máximo possível os dois textos para diminuir a disputa em plenário. "Nós conseguimos reduzir os 62 parágrafos do Artigo 6º para apenas 5 e isso é um bom indicio de entendimento", afirmou Fluzza.

OS DEBATES

Sem quorum, sessão atrasa

O plenário da Constituinte ficou ontem, por duas horas, envolvido com o "pinga-fogo" e com o horário destinado às comunicações de lideranças, — exaltando o primeiro ano da Assembleia e o documento lançado pela CNBB — antes de começar a votar o projeto de Constituição. Os oradores aproveitaram a liberalidade da Mesa, que desta forma pôde garantir o quorum necessário à votação das matérias. Quando foram abertos os trabalhos, às 15h, somente 181 constituintes se encontravam na Casa; às 17h, o presidente Ulysses Guimarães anunciava, satisfeito, que a presença era de 350. Intrigado com este processo, o senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) chegou a sugerir a inversão do sistema das sessões, preferindo que a votação fosse feita antes do pequeno expediente e das comunicações de liderança.

A maioria dos constituintes chegou atrasada para a sessão pela dificuldade de conseguir vagas em aviões. Alguns nem negaram, como a deputada Abigail Feitosa (PSB/BA), justamente porque não obteve vaga. "O aviso foi dado a Ulysses Guimarães pelo deputado Ademir Andrade (PSB/PA), que aproveitou para denunciar e requerer providências da Mesa sobre o fato. O parlamentar reclamou que os constituintes não dispõem dos privilégios do "bloco de passageiros" como acontece com algumas empresas estatais como a Eletrobrás. O presidente da Assembleia lembrou que já se entendeu pessoalmente com os presidentes das companhias aéreas neste sentido e que voltará a conversar, citando o caso específico anunciado por Ademir.

Mesmo com quorum reduzido, o pinga-fogo se estendeu por uma hora, quando regimentalmente deveria ter a metade deste tempo, o mesmo acontecendo com o horário de lideranças. A referência ao documento lançado pela CNBB, "Urgência de grandes decisões", fez parte dos discursos de vários parlamentares, apoiando as palavras e a interpretação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre o momento de crise por que passa o País. "É um documento extremamente importante e oportuno produzido por

quem não está, como nós, sob influência do trabalho polêmico da Constituinte nem sob a ação emocionalizada do trabalho partidário", analisou o senador José Richa (PMDB/PR). Ele aproveitou para defender o parlamentarismo como sistema de governo capaz de promover mudanças no País e quatro anos de mandato para o presidente Sarney e seus sucessores.

O primeiro ano de funcionamento da Constituinte foi lembrado por alguns de seus membros, a partir do segundo orador do pinga-fogo, deputado Osvaldo Bender (PDS/RS). O vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), fez referência à data para exaltar o documento da CNBB. Da mesma forma, o deputado Plínio Sampaio (PT/SP) lembrou que a análise feita pela CNBB é mais um apelo "à nossa consciência para que votemos aquilo que a sociedade espera". Também o senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE), ao falar do primeiro ano da Assembleia, classificou o documento da Conferência como "um estímulo às nossas decisões".

ABOLIÇÃO

O senador Afonso Arinos (PFL/RJ) encaminhou ontem um requerimento ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que providencie a publicação de uma antologia dos mais importantes discursos pronunciados na Câmara e no Senado sobre a abolição da escravatura. Para ele, o processo abolicionista, construído dentro do parlamento brasileiro, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, é uma "lembrança imperecível". Esta seria uma forma, segundo ele, de enaltecer o centenário da Abolição, em 13 de maio, principalmente relembrando a oratória parlamentar do Império.

A antologia sugerida por Afonso Arinos, para aprovação do presidente Sarney e de Ulysses Guimarães, deve incluir desde os pronunciamentos do tempo da regência do padre Antônio Feijó, passando pelos discursos que levaram à Lei Eusébio de Queiroz, em 1850; Lei Rio Branco, em 1871; Lei do Sexagenário, do Barão de Cotegipe, em 1885; e Lei Aurea, de 1888.